

RELATÓRIO DO MONITORAMENTO (JAN/JUN 2013) DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1 – Desenvolvimento da política pelo governo estadual

As políticas públicas de desenvolvimento regional e local para o Estado de Minas Gerais têm por objetivo reverter a sua heterogeneidade intrarregional, marcada por espaços dinâmicos restritos convivendo com extensas áreas marginais, em um contexto de insuficiência de urbanização, organização produtiva, competitividade e infraestrutura.

Com base nessa premissa, a elaboração de políticas regionais eficientes deve visar ao incremento da base produtiva e à melhoria e diversificação da oferta de produtos, dos níveis de competitividade e de geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo, as políticas de desenvolvimento local devem partir, necessariamente, da concepção de cidade como elemento essencial à estruturação de uma região, pois a cidade é o locus de concentração e dispersão de fluxos econômicos e de infraestrutura de prestação de serviços tanto à atividade produtiva quanto à população. Assim, a vinculação entre as políticas urbanas e as políticas regionais é de complementaridade e interdependência.

No plano estadual, as políticas de desenvolvimento regional são formuladas e geridas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano – Sedru –, a quem cabe coordenar e executar, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, a Política Estadual de Desenvolvimento Regional. As ações desenvolvidas no âmbito dessa política procuram se articular, no que diz respeito às diretrizes estatais de redução das desigualdades regionais e desenvolvimento de potencialidades econômicas de regiões com alta vulnerabilidade socioeconômica – Norte de Minas, Vales Jequitinhonha/Mucuri – a programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas – Sedvan – e pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas – Idene.

A Sedru é responsável, em âmbito estadual, pelo desenvolvimento de atividades voltadas para incrementar a oferta de infraestrutura urbana nos municípios mineiros, de acordo com as diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento Regional. Além disso, essa secretaria detém a competência, em parceria com a Seplag, para a execução de políticas regionais e setoriais dirigidas ao desenvolvimento geoeconômico e social dos municípios do Estado.

Quanto à temática metropolitana, a Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana – Segem – e a Agência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – integram o Sistema de Gestão Metropolitana, formado também pela Assembleia Metropolitana, Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e instituições estaduais, municipais e intermunicipais vinculadas às Funções Públicas de Interesse Comum da Região Metropolitana, no

nível do planejamento estratégico, operacional e de execução. A Assembleia Metropolitana é composta por 73 membros: quatro representantes do Poder Executivo Estadual, um da Assembleia Legislativa e os 34 prefeitos e 34 presidentes das câmaras municipais da Grande BH. O Conselho Deliberativo é composto de 16 membros, sendo cinco representantes do Poder Executivo Estadual, dois da Assembleia Legislativa, dois de Belo Horizonte, um de Contagem, um de Betim, três dos demais municípios da RMBH e dois representantes da sociedade civil.

Fontes:

http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/municipios_desenvolvimento_regional/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=205&tagAtual=205

http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/municipios_desenvolvimento_regional/entenda/estrutura.html?tagNivel1=205&tagAtual=205

1.1 – Cenário do Estado no tema

A análise dos dados de distribuição regional da renda média *per capita* para Minas Gerais, entre 2000 e 2010, revela que o Estado tem buscado induzir a redução das desigualdades entre as regiões mineiras. Assim, para o período analisado, as regiões de planejamento que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram o Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, com crescimentos médios de renda de 5,75% e 5,86%, respectivamente.

Entretanto, quando se analisa o conjunto de dados referentes ao grau de urbanização e ao déficit habitacional em Minas Gerais, verifica-se que as regiões de planejamento em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica – Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce – apresentam os menores percentuais de população urbana, com taxas que variam, segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS –, para o ano de 2010, de 19 a 64% na grande maioria de suas microrregiões.

Quando o enfoque é a moradia, observa-se que o déficit habitacional do Estado de Minas Gerais, calculado pela Fundação João Pinheiro – FJP –, para o ano de 2008, foi de 475 mil moradias, o que representou aproximadamente 8,5% do déficit habitacional brasileiro. A magnitude do déficit cresce quando se considera o déficit habitacional urbano, passando Minas Gerais a representar 9,5% do déficit brasileiro.

Por outro lado, em se tratando de população residente em aglomerados subnormais, que são aqueles caracterizados pela ocupação ilegal da terra e pela urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica), a observação dos dados revela, segundo dados do IBGE para 2010, que Minas Gerais tem aproximadamente 600 mil pessoas que residem nesse tipo de moradia, distribuídas em 372 aglomerados subnormais no Estado. Esse número representa 9% do

total de residentes em domicílios ocupados em Minas Gerais, segundo o mesmo levantamento feito.

A abordagem do contexto atual das regiões metropolitanas em Minas Gerais (RMBH e RMVA), sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, revela que houve um incremento da participação da RMBH e de seu colar metropolitano no Produto Interno Bruto – PIB – estadual, no período de 1999 a 2010, segundo dados da Fundação João Pinheiro. Em contraposição, houve um declínio da participação relativa no PIB estadual dos municípios que compõem a RMVA e seu colar metropolitano.

Sob o ponto de vista da análise de indicadores de desenvolvimento humano para a RMBH, dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro revelam que, para o período de 2001 a 2009, houve crescimento da renda *per capita* em 37%, da esperança de vida ao nascer em 4%, e da taxa bruta de frequência à escola em 12%, acompanhada de uma redução na taxa de analfabetismo em 19%.

Fontes:

<http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=205&tagAtual=205>

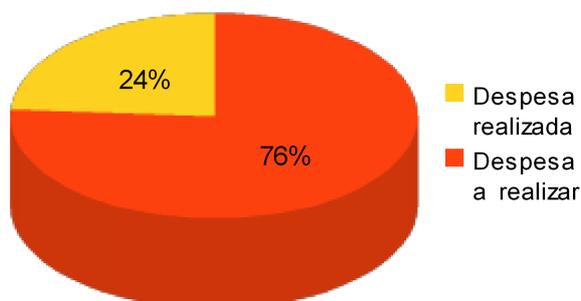
http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/municipios_desenvolvimento_regional/dados_indicadores/dado_indicador2.html?tagNivel1=205&tagAtual=205

http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/politica_fundiaria/dados_indicadores/dado_indicador1.html?tagNivel1=8&tagAtual=8

2 – Visão geral da execução financeira da política – jan/jun 2013

O gráfico abaixo representa a execução financeira da política “Municípios e Desenvolvimento Regional” no período compreendido entre os meses de janeiro e junho de 2013. O detalhamento da execução de cada ação monitorada encontra-se nas tabelas em Anexo.

Municípios e Desenvolvimento Regional Execução financeira - jan/2013 a jun/2013



Fonte: <http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/index.html?tagNivel1=205&tagAtual=205>

3 – Atuação da Assembleia em 2013

As políticas públicas de municípios e desenvolvimento regional têm sido objeto de debate no âmbito da ALMG, segundo os seguintes temas:

- **Região Metropolitana**

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou, no primeiro semestre de 2013, uma audiência pública, ocorrida em Ipatinga, relacionada à gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano em Minas Gerais, sobre cujo tema tramita atualmente na Casa o Projeto de Lei nº 3.078/2012, de autoria do governador do Estado. Além disso, outras três audiências públicas foram realizadas para debater a criação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro, uma delas ocorrida em Uberaba e outras duas realizadas em Uberlândia.

Sobre o tema, cabe informar sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 16/2011, de autoria do Deputado Neilando Pimenta, que dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 3 da Lei Complementar nº 88, de 2006, que dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o fundo de desenvolvimento metropolitano. Outras duas proposições que tramitam atualmente nesta Casa são o Projeto de Lei Complementar nº 13/2011, de autoria do Deputado Anselmo José Domingos, que altera a composição do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, mediante alteração da Lei Complementar nº 89, de 2006, e o Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, de autoria do Deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

- **Política Urbana**

Sobre o tema das políticas urbanas, a ALMG realizou audiência pública, ocorrida na capital, para debater os desafios da mobilidade urbana nos aglomerados e favelas.

4 – Programas estruturadores e ações de programas associados ou especiais que integram a política e receberam emenda por sugestão popular

Programas da política de municípios e desenvolvimento regional¹:

- 029 – Cidades: Espaços de Integração. Ações 1210 e 4648.
- 036 – Travessia (parcial). Ação 1176.
- 040 – Investimento Competitivo para o Fortalecimento e Diversificação da Economia

¹ As ações 1105, 1120 e 1222, do programa 40, são monitoradas nos temas Indústria, Comércio e Serviços; Município e Desenvolvimento Regional; e Transporte e Trânsito, no site Políticas Públicas ao seu Alcance.

Mineira (parcial). Ações 1105, 1117, 1120, 1222.

- 132 – Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal. Ação 1107 (com emendas oriundas de sugestão popular).
- 276 – Morar em Minas (parcial). Ação 4483 (com emenda oriunda de sugestão popular).

Fonte: <http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/monitoramento.html?tagNivel1=205&tagAtual=205>

O detalhamento de informações sobre os programas e da execução das ações monitoradas segue em documento anexo a este relatório.

ANEXO

As informações sobre a execução física e financeira das ações foram extraídas do site "Políticas Públicas ao Seu Alcance". Desse modo, a **programação** financeira das ações é referente ao **crédito autorizado** e não ao crédito inicial. Essas informações são referentes à execução no ano de 2013, entre os meses de **janeiro a junho**.

Programas relacionados à política de Municípios e Desenvolvimento Regional

PROGRAMA CIDADES: ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO

Programa 029: CIDADES: ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO	Tipo: Estruturador
Unidade Responsável: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	
Objetivo: REDUZIR AS DISPARIDADES REGIONAIS, OS NÍVEIS DE POBREZA E O DÉFICIT HABITACIONAL	
Indicador do Programa: Não há	

Ações Monitoradas:

Ação 1210: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO				Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	
Finalidade: REDUZIR A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL, FORTALECER A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL, POR MEIO DO ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES E AÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS DIVERSAS REGIÕES MINEIRAS.				Produto: PLANO CONTRATADO	
				Unidade de Medida: PLANO	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada - 2013	Execução Física (jan-jun/2013)	%
4.390.895	213.210	4,90%	3	0	0,00%

Ação 4648: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				Unidade Orçamentária: FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO	
Finalidade: CONSTRUIR CASAS PARA A POPULAÇÃO COM RENDA MENSAL DE UM A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS, VISANDO REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL VERIFICADO NESSA FAIXA DE RENDA, COM PRIORIDADE DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ CINQUENTA MIL HABITANTES OU QUE TENHAM COMUNIDADES INDÍGENAS OU QUILOMBOLAS.				Produto: UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE	
				Unidade de Medida: UNIDADE HABITACIONAL	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
151.087.559	52.496.910	34,70%	1630	240	14,70%

PROGRAMA TRAVESSIA (PARCIAL)

Programa 036: TRAVESSIA			Tipo: Estruturador		
Unidade Responsável: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
Objetivo: PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA (PRODUTIVA) DAS CAMADAS MAIS POBRES E VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM LOCALIDADES TERRITORIAIS DEFINIDAS.					
Indicador do Programa			Referência		2013 (valor)
			Data	Índice	
PERCENTUAL ATENDIDOS TRAVESSIA	DE PELO	MUNICÍPIOS PROGRAMA	31/12/2008	5,000	25,000

Ação Monitorada:

Ação 1176: TRAVESSIA SOCIAL				Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Finalidade: REALIZAR INTERVENÇÃO NA VIDA DOS MORADORES DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS, POR MEIO DE AÇÕES DE INFRAESTRUTURA, AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, COM VISTAS A MINIMIZAR PRIVAÇÕES SOCIAIS IDENTIFICADAS NO DIAGNÓSTICO DO PROJETO PORTA A PORTA.				Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO	
				Unidade de Medida: MUNICÍPIO	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
61.608.260	3.352.523	5,40%	125	125	100,00%

PROGRAMA INVESTIMENTO COMPETITIVO PARA O FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA (PARCIAL)

Programa 040: INVESTIMENTO COMPETITIVO PARA O FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA			Tipo: Estruturador		
Unidade Responsável: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Objetivo: AMPLIAR A CAPACIDADE DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, BEM COMO A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E AUMENTAR A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA MINAS GERAIS.					
Indicadores do Programa			Referência		2013
			DATA	ÍNDICE	(VALOR)
DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL – MINAS GERAIS E BRASIL (%)			30/12/10	1	1
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)			30/12/10	4,8	5
PARTICIPAÇÃO DE MINAS GERAIS NAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INTENSIVOS EM TECNOLOGIA (%)			30/12/10	6,7	7
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA (%)			30/12/10	2,68	3,32

Ações Monitoradas

Ação 1105: PLATAFORMA MULTIMODAL DE TRANSPORTES DA RMBH				Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Finalidade: IMPLANTAR EQUIPAMENTO DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DE TODA A CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO E PRODUÇÃO DA RMBH, PRIVILEGIANDO A INTERMODALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE AUMENTO DE COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA MINEIRA; DOTAR A RMBH DE UM IMPORTANTE EQUIPAMENTO CAPAZ DE DEFINIR ESPAÇOS COM CAPACIDADE DE CONCENTRAÇÃO DE CARGAS E DE GERAÇÃO DE SINERGIAS MUITO SUPERIOR ÀS ZONAS INDUSTRIAIS CONVENCIONAIS; POSSIBILITAR A CRIAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES METROPOLITANAS.				Produto: PLATAFORMA MULTIMODAL IMPLANTADA	
				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
0,00	0,00	0,00%	1	0	0,00%

Ação 1117: SISTEMA DE INFORMAÇÕES METROPOLITANAS				Unidade Orçamentária: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	
Finalidade: AMPLIAR A INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES PÚBLICAS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UMA BASE PRÓPRIA DE DADOS, INTEGRADA E COMPARTILHADA, QUE TRAGA INFORMAÇÕES DE PROPRIEDADE DO GOVERNO ESTADUAL E GOVERNOS MUNICIPAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS E RESPECTIVOS COLARES. ESPERA-SE ASSIM POTENCIALIZAR A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE METROPOLITANA, AUMENTANDO A TRANSPARÊNCIA, DANDO CELERIDADE AOS PROCESSOS, REDUZINDO CUSTOS E PRAZOS E SUBSIDIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.				Produto: SISTEMA IMPLANTADO	
				Unidade de Medida: PERCENTUAL	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
4.000.000	780.444	19,50%	20	14	70,00%

Ação 1120: NOVA METRÓPOLE – EXPANSÃO DA MOBILIDADE URBANA NA RMBH				Unidade Orçamentária: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	
Finalidade: PERMITIR AOS CIDADÃOS, COMUNIDADES E EMPRESAS ACESSAR OS SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E OPORTUNIDADES QUE OFERECE A RMBH, CONTRIBUINDO PARA TORNÁ-LA MAIS COMPETITIVA E REFORÇANDO SEU PAPEL DE LIDERANÇA NO CENÁRIO ESTADUAL E PROTAGONISMO NO CENÁRIO NACIONAL.				Produto: ESTUDO E PROJETO ELABORADO	
				Unidade de Medida: ESTUDO/PROJETO	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
1.000.000	111.067	11,10%	3	1	33,30%

Ação 1222: PLANO MACROESTRUTURAL DO VETOR NORTE DA RMBH				Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Finalidade: PLANEJAR O ORDENAMENTO E OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO, ALÉM DE CONTEMPLAR AÇÕES DE ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ALTA TECNOLOGIA (INCLUSIVE INDUSTRIAIS), NO VETOR NORTE DA RMBH, COM INFRAESTRUTURA CUSTOMIZADA.				Produto: PROJETO CONCLUÍDO	
				Unidade de Medida: PROJETO	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
312.191.891	0,00	0,00%	7	2	28,60%

PROGRAMA 132: DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL

Programa 132: DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL			Tipo: Associado
Unidade Responsável: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS			
Objetivo: CONTRIBUIR PARA O DINAMISMO ESTADUAL ATRAVÉS DE AÇÕES DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL.			
Indicadores do Programa	Referência		2013
	DATA	ÍNDICE	(VALOR)
PERCENTUAL DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA MUNICIPAL SOBRE A ÁREA DOS MUNICÍPIOS (%)	Em apuração	Em apuração	Em apuração
PERCENTUAL DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA MUNICIPAL SOBRE A RECEITA DOS MUNICÍPIOS (%)	Em apuração	Em apuração	Em apuração

Ação monitorada

Ação 1107: APOIO AOS MUNICÍPIOS EM INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL				Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	
Finalidade: FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL ATRAVÉS DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA VIÁRIA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, VISANDO À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.				Produto: INTERVENÇÃO REALIZADA	
				Unidade de Medida: UNIDADE	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
50.543.071	6.753.220	13,40%	4	3	75,00%
EMENDA À LOA nº 593.1 – Acréscimo de R\$900.000 na região Jequitinhonha Mucuri para pavimentação do trecho de 1,5 KM que liga a BR 367 ao Campus do Ifet de Araçuaí (Jequitinhonha/Mucuri), no valor de R\$800.000,00, e Iluminação do mesmo trecho, no valor de R\$100.000,00.					
EMENDA À LOA nº 594.1 – Acréscimo de R\$50.000 na região Jequitinhonha Mucuri para Calçamento das vias do Conjunto Habitacional Esperança, na comunidade de Cansanção, em Virgem da Lapa.					
EMENDA À LOA nº 595.1 – Acréscimo de R\$50.000 na região Central para Calçamento de vias no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves.					

PROGRAMA MORAR EM MINAS (PARCIAL)

Programa 276: MORAR EM MINAS		Tipo: Associado	
Unidade Responsável: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA			
Objetivo: REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL, CRIANDO CONDIÇÕES DE ACESSO À MORADIA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E IMPLEMENTAR POLÍTICAS HABITACIONAIS A FIM DE GARANTIR A MANUTENÇÃO DE MORADIAS SEGURAS, DIGNAS E SAUDÁVEIS NOS MUNICÍPIOS MINEIROS.			
Indicadores do Programa	Referência		2013
	DATA	ÍNDICE	(VALOR)
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA (%)	08/08/11	3	5

Ação monitorada

Ação 4483: CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS				Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	
Finalidade: PROMOVER A CONSTRUÇÃO, REFORMA E MELHORIA DE MORADIAS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA OU EM ÁREAS DE RISCO E PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, POR MEIO DO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE HABITACIONAL DESSAS COMUNIDADES, CONSIDERANDO SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICO-CULTURAIS.				Produto: UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA/REFORMADA/MELHORADA	
				Unidade de Medida: UNIDADE HABITACIONAL	
Meta Financeira programada (2013)	Execução Financeira (jan-jun/2013)	%	Meta Física programada (2013)	Execução Física (jan-jun/2013)	%
2.446.417	251.153	10,30%	60	0	0,00%
<p>Emenda ao PPAG nº 88 (inciso 30): Alteração da regionalização, com acréscimo da região Sul, com meta física 20 e meta financeira de R\$150.000 para construção, reforma e melhoria de habitações indígenas para a aldeia Xucuru Kariri, na região de Caldas, e regionalização estadual com meta física 40 e meta financeira de R\$300.000 para construção, reforma e melhoria de habitações rurais e indígenas.</p> <p>Emenda à LOA nº 526.1: Alteração da regionalização, com acréscimo da região Sul, com meta física 20 e meta financeira de R\$150.000 para construção, reforma e melhoria de habitações indígenas para a aldeia Xucuru Kariri, na região de Caldas.</p> <p>Emenda à LOA nº 527.1: Alteração na regionalização estadual com meta física 40 e meta financeira de R\$300.000 para construção, reforma e melhoria de habitações rurais e indígenas.</p>					